



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

Processo nº: 00600-00000674/2020-98-e

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal –SES/DF

Assunto: Representação

Ementa: Representação com pedido de liminar de autoria da empresa RVA Comércio e Serviços de Construções –Eireli, CNPJ nº 20.936.189/0001-36. Dispensa de Licitação nº 453/2020, para contratação emergencial de empresa especializada em construção civil para implantação de Hospital de Campanha no Estádio Nacional de Brasília, Mané Garrincha. Contrato nº 067/2020-SES. Decisão nº 1225/2020: conhecimento e diligências. Juntada do Ofício nº 586/2020 –GPCF. Representação incidental apresentada por membro da CLDF. Decisão nº 4766/2020: conhecimento da Representação e concessão de prazo para manifestação. **Nesta fase:** Pedido de cópia. **Pelo Deferimento.**

DESPACHO SINGULAR Nº 119/2021 – GCMA

Tratam os autos de Representação apresentada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções –Eireli, CNPJ nº 20.936.189/0001-36, em face do procedimento de Dispensa de Licitação nº 453/2020 destinado à implantação de hospital de campanha no Estádio Mané Garrincha, para criação de 200 (duzentos) leitos de internação para tratamento de pacientes com COVID-19.

Em análise, nesta fase, o requerimento de acesso aos autos proveniente do Tribunal de Contas da União – TCU, mediante o Ofício 8000/2021-TCU/Seproc (e-DOC A31AC1D3-c).

Cumpre salientar que o acesso à informação se encontra regulado pela Lei nº. 12527/2011¹, diploma legal que, a teor do artigo 1º, incisos I e II, se aplica expressamente:

¹Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

- aos órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário, bem como ao Ministério Público;
- às autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Além dos comandos do referido Diploma Legal, digno de apontamento que o acesso à informação também é garantido pelo artigo 5º, incisos XIV e LX da Constituição Federal, bem como pelo artigo 189 do Código de Processo Civil Brasileiro.

Diante do contexto **DEFIRO**, com fulcro no art. 131 do Regimento Interno desta Corte de Contas, o fornecimento de acesso aos autos, conforme requerido, pelo Tribunal de Contas da União.

Brasília, 24 de março de 2021.

MANOEL DE ANDRADE
Relator